

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.395 - RO (2019/0278152-8)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : BANCO VOLKSWAGEN S.A.
ADVOGADOS : KONSTANTINOS JEAN ANDREOPOULOS - SP131758
JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA - BA017023
RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910
DANIEL PENHA DE OLIVEIRA - RO003434
RENATA ALVES PEIXOTO - RJ161550
MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - RO004658
MÉLANIE GALINDO MARTINHO AZZI - RO003793
GABRIELA DE LIMA TORRES - RO005714
MARCO ANTONIO GOULART LANES - BA041977
RECORRIDO : PAULICELIA DE CARVALHO DERMONI
ADVOGADOS : MARIA NAZARETE PEREIRA DA SILVA - RO001073
CARLOS ALBERTO TRONCOSO JUSTO - RO000535

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA.

1. Admissível a comissão de permanência durante o período de inadimplemento contratual, à taxa média dos juros de mercado, limitada ao percentual fixado no contrato (Súmula nº 294/STJ), desde que não cumulada com a correção monetária (Súmula nº 30/STJ), com os juros remuneratórios (Súmula nº 296/STJ) e moratórios, nem com a multa contratual.

2. Recurso especial não provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por BANCO VOLKSWAGEN S.A., com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, assim ementado:

Apelação cível. Revisional de contrato. Inconstitucionalidade do art. 5º da MP n. 2.170-36/2001. Capitalização de juros. Tarifa de cadastro. Comissão de permanência. Despesa com registro de contrato. Provimento parcial.

Conforme sólido entendimento do Superior Tribunal de Justiça, especialmente o firmado no REsp n. 973.827/RS, evidencia-se a ausência de plausibilidade da arguição de inconstitucionalidade incidenter tantum do

art. 5º da MP 2.170-36/2000, subsistindo a aplicabilidade de seus dispositivos nos contratos submetidos à análise nesta Corte.

Admite-se a capitalização mensal de juros somente nos contratos firmados em data posterior à entrada em vigor da MP n. 2.170-36/2001.

A tarifa de cadastro quando contratada é válida e somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira.

A cobrança da comissão de permanência é legal, desde que não cumulada com juros moratórios e multa contratual, devendo ser calculada pela taxa média de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato.

É válida a cobrança de despesa com o registro do contrato, ressalvadas a abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado, bem como possibilidade de controle da onerosidade excessiva, em cada caso concreto.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 42, VI e IX, e 92, da Lei nº 4.595/64.

Sustenta que deve ser mantida a cobrança de comissão de permanência em caso de inadimplência, cujo valor deve ser limitado à soma dos juros remuneratórios com os juros de mora e multa contratual, e, em caso de cumulação com demais encargos de mora, estes é que devem ser decotados.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 539-544.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 546).

É o relatório.

DECIDO.

2. Sobre a comissão de permanência, assim decidiu o tribunal de origem:

Comissão de Permanência Após análise da “Cláusula 5” (ATRASOS DE PAGAMENTO) do contrato, constatei que estão sendo cobrados cumulativamente comissão de permanência, juros moratórios e multa, o que configura abusividade, pois conforme entendimento consolidado pelo STJ, inclusive em sede de recurso repetitivo, é lícita a cobrança da comissão de permanência, desde que calculada pela taxa média de mercado, não exceda a taxa do contrato e não seja cumulada com outros encargos moratórios (Súmulas 30, 294 e 296, todas do STJ).

Dessa forma, evidenciada a cumulação indevida, a manutenção da sentença é medida que se impõe.

Importante colacionar que tal aresto não reformou a sentença no ponto, assim traçada:

(...)

Dito isso, os juros remuneratórios, multa contratual e juros moratórios,

devem ser excluídos do contrato no caso de inadimplência, para que o encargo se limite à comissão de permanência, quando e se houver mora contratual, anulando-se a cláusula 05 das "condições gerais da cédula de crédito bancário para financiamento de veículo" acostado às fls. 46.

(...)

Diante do exposto e considerando o que mais dos autos consta, hei por bem em JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos feitos por PAULICÉLIA DE CARVALHO DERMONI em face de BANCO VOLKSWAGEM S/A, para: 1) DECLARAR nulas as cláusulas que cumulam a comissão de permanência na inadimplência com correção monetária, juros remuneratórios, multa contratual e juros moratórios, por abusividade, para que o encargo da inadimplência se limite à comissão de permanência (cláusula 05 do contrato - fls. 46);

Tal entendimento encontra-se em consonância com firmado nesta Corte, no sentido de ser admissível a comissão de permanência durante o período de inadimplemento contratual, à taxa média dos juros de mercado, limitada ao percentual fixado no contrato (Súmula nº 294/STJ), desde que não cumulada com a correção monetária (Súmula nº 30/STJ), com os juros remuneratórios (Súmula nº 296/STJ) e moratórios, nem com a multa contratual.

Dentre inúmeros, observe-se os seguintes julgados: AgRg no REsp 1057319/MS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 19.08.2008, DJ de 03.09.2008; AgRg no REsp 929.544/RS, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 19.06.2008, DJ de 01.07.2008; REsp 906.054/RS, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, julgado em 07.02.2008, DJ de 10.03.2008; e AgRg no REsp 986.508/RS, Rel. Ministro Ari Pargendler, Terceira Turma, julgado em 20.05.2008, DJ de 05.08.2008.

3. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator